

O PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA EM LISBOA, SEDE DA ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA: MECENATO E PODER RÉGIO

Maria de Fátima Reis

(Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa-Cátedra de Estudos Sefarditas
Alberto Benveniste-Academia Portuguesa da História)

RESUMO

No quadro da erudição dos séculos XVII e XVIII, a Academia Real da História Portuguesa, fundada sob protecção régia em 1720, definiu as regras da investigação e da narrativa histórica, propiciando a sociabilidade de letrados. Distinta das demais associações literárias do tempo, pela sua finalidade e reconhecimento, analisa-se o vínculo do monarca à instituição através do local em que decorreram as sessões – o Paço dos Duques de Bragança, em Lisboa –, evidenciando o projecto historiográfico, na linha de expressão da escrita da história setecentista, assim como o cerimonial da instituição em práticas simbólicas de definição e de relacionamento confraternal. De patrocínio real, no título e na afirmação da imagem do monarca, compreende-se a criação da instituição nas estratégias culturais e políticas de exaltação da soberania régia e de construção e legitimação do saber e do poder.

PALAVRAS CHAVE: Academias, Paço dos Duques de Bragança, Academia Real da História Portuguesa, Historiografia.

THE DUKES OF BRAGANZA PALACE IN LISBON, HEAD SITE OF THE ROYAL ACADEMY OF PORTUGUESE HISTORY: PATRONAGE AND ROYAL POWER

ABSTRACT

In the framework of erudition of the 17th and 18th centuries, the Royal Academy of Portuguese History, founded under royal protection in 1720, defined the rules of investigation and historical narrative, providing the sociability of intellectuals. Distinguished from the other literary associations of the time, for its purpose and recognition, the link of the monarch to the institution is analyzed through the place where the sessions took place - the Palace of the Dukes of Bragança, in Lisbon -, evidencing the historiographic project, in line of the writing of eighteenth-century history, as well as the ceremonial of the institution in symbolic practices of definition and confraternal relationship. Of royal patronage, in the title and in the affirmation of the image of the monarch, we understand the creation of the institution in the

cultural and political strategies of exaltation of the regal sovereignty and of construction and legitimization of the knowledge and the power.

KEY WORDS: Academies, Paço dos Duques de Bragança, Royal Academy of Portuguese History, Historiography.

Na linha da mais recente recuperação historiográfica sobre a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720, sob patrocínio de D. João V, em que sobressai o estudo de mor fôlego de Isabel Ferreira da Mota¹, incide este trabalho no espaço então ocupado pela instituição. No seguimento do dinamismo nacional das academias literárias de Seiscentos e no enquadramento europeu dos contornos da escrita erudita da História, a originalidade de vocação ia agora num sentido – estabelecer a metodologia do processo de investigação e da narrativa. No Paço dos Duques de Bragança, em Lisboa, ao Chiado², reconstruído no reinado de D. João V «com mais larga extensão ao moderno»³, funcionaram as sessões da Academia Real da História Portuguesa. Valendo-me do já distante estudo do olisipógrafo Vieira da Silva, de 1942, e da documentação aduzida, posso dizer que desde fins do século XV que a Casa de Bragança possuía diversas propriedades entre o convento de S. Francisco e a Cordoaria Nova (situada no actual quarteirão que vai da rua do Alecrim à rua António Maria Cardoso). [Fig. 1]⁴

Tudo aponta para que o Paço dos Duques de Bragança remonte aos paços de D. Nuno Álvares Pereira, legado régio que o condestável doou, em 1422, ao neto mais velho, D. Afonso, conde de Ourém, mais tarde (1451) 1.º marquês de Valença; cujos bens passaram para o irmão deste, D. Fernando, 2.º duque de Bragança. O 1.º

¹ Refiro-me a Vide Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Portuguesa da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. (Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003). Para um elenco de outros contributos de permeio, vide Maria de Fátima Reis, “A Academia Real da História Portuguesa: questões de método da escrita da História”, Comunicação apresentada ao Colóquio “As Academias em diálogo com a Ciência e a Cultura. O passado e o futuro”. Orgs. Academia Portuguesa da História, Academia Nacional de Belas-Artes, Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Marinha, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Museu do Oriente, 24 de Novembro de 2017, no prelo.

² Para o entendimento do topónimo, tomem-se em consideração as propostas de Alberto Pimentel e de Gustavo de Matos Sequeira, de se referir à alcunha de Gaspar Dias, com taberna no local, ou de Eduardo Freire de Oliveira que deriva a expressão «da forma verbal chiar, reportando o verbo à chiadeira que faziam os pesados e pouco maleáveis carros da época ao vencerem a rampa em curva apertada que das calçadas adjacentes davam acesso à Rua da Pedreira ou Rua Direita da Pedreira». Vide Irisalva Moita, “O Chiado. Seu contexto urbanístico e sociocultural”, *Lisboa. Revista Municipal*, Ano XLIX, 2.ª Série, 25 (1988): 3-19, em especial, 3-5.

³ Vide D. António Caetano de Sousa, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo VIII (Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1951) 144.

⁴ Vide A. Vieira da Silva, “Os paços dos Duques de Bragança em Lisboa. Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida”, *Olisipo. Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*, Ano V, 20, Outubro (1942): 193-220, em especial, 195.

duque fora o pai, D. Afonso, conde de Barcelos, filho natural de D. João I e genro do Condestável. Descendentes do conde de Ourém, os condes de Vimioso possuíam propriedades na referida rua do Alecrim, antiga rua do Conde (de Vimioso)⁵.

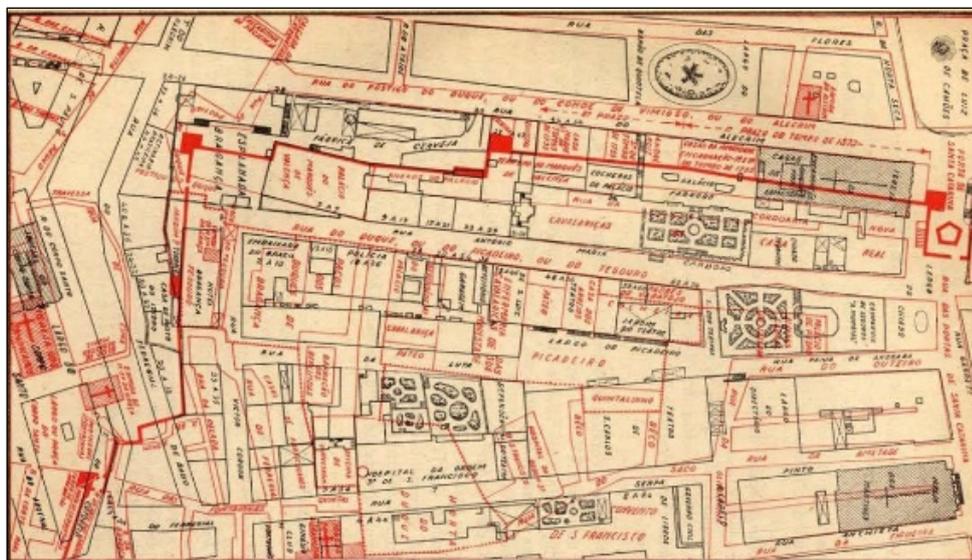


Fig.1, Planta da Região de Lisboa onde estavam situados os paços dos Duques de Bragança. Sobreposta, a vermelho, a planta da mesma região anterior ao terremoto de 1755 (escala 1:2000)

Ocupando aproximadamente o espaço dos prédios com frente para as actuais ruas António Maria Cardoso (antiga rua do Tesouro Velho), Vítor Cordon (antiga Rua do Ferragial de Cima) e Duques de Bragança (antiga rua da Luta), o paço dos Duques de Bragança tinha a fachada principal para a chamada, em meados do século XVI, rua do Duque, mais tarde rua do Picadeiro das Portas de Santa Catarina ou do Picadeiro, ou do Paço do Duque, ou ainda do Tesouro ou Tesouro Velho, moderna rua António Maria Cardoso⁶. Sabendo-se da ampliação do espaço envolvente por terrenos cedidos pelo convento de S. Francisco, no século XVI e no século XVIII⁷.

Aí residiram temporariamente o rei D. João III, a rainha D. Leonor e o cardeal D. Henrique, aí se realizou a festa de casamento do duque D. Teodósio I, em 1541, e se preparou a conjura de 1640. Com a subida ao trono da dinastia de Bragança, passou a Casa do Tesouro e Guarda-joias da família, ficando o local conhecido por rua do Tesouro. O incêndio de 1841 destruiu definitivamente o que

⁵ *Ibidem.*, em especial, 196-198.

⁶ *Ibidem.*, 199.

⁷ Vide Diogo Rafael Soares de Almeida, *O claustro como elemento catalisador da vida monástica: da clausura à cidade de Lisboa*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura. (Lisboa, 2014). Exemplar policopiado, disponível em <http://hdl.handle.net/11067/1538>, 101 e 110.

restava do edifício após o terramoto de 1755. No local construiu a Casa de Bragança diversos prédios, que foram posteriormente adaptados a um Hotel, designado de “Bragança”, onde depois funcionaram os serviços centrais das Companhias Reunidas do Gás e Electricidade⁸. O Hotel Bragança, em que pernoitaram hóspedes ilustres, como o rei do Sião (Tailândia), em Outubro de 1897 foi local de encontro para diversas personagens de *Os Maias* de Eça de Queirós. Aí procurou Carlos os seus amigos depois de regressar da Europa, quer marcando um «jantarinho à portuguesa» com «cozido, arroz de forno, grão de bico, etc., para matar saudades...», quer revendo Ega que, também, tinha andado em viagem: «Com efeito, Carlos pouco se demorou em Resende. E numa luminosa e macia manhã de janeiro de 1887, os dois amigos, enfim juntos, almoçavam num salão do Hotel Bragança, com as duas janelas abertas para o rio»⁹.

Compostas as propriedades da Casa de Bragança, ao Chiado, por altura do terramoto de 1755, pelo palácio, cocheira, picadeiro, cavalaria, pátio, enfermaria, outras dependências e uma horta, o tesouro que deu nome à rua era constituído por móveis, tapeçarias, objectos de ouro e de prata e muitas outras preciosidades¹⁰. O citado estudioso da história de Lisboa, Vieira da Silva, recenseou imagens em que figura a representação desse palácio ducal, que merecem ser aqui reproduzidas, reveladoras da sua extensão e integração¹¹. [Figura 2¹²; Figura 3¹³; Figura 4¹⁴; Figura 5¹⁵; Figura 6¹⁶; Figura 7¹⁷; Figura 8¹⁸; Figura 9¹⁹; Figura 10²⁰; Figura 11]²¹.

Cumprе então dizer que à Academia Real da História Portuguesa, instituída por decreto de 8 de Dezembro de 1720, da qual D. João V foi seu «Protector», deu o monarca para as respectivas conferências uma «Sala do Paço da Serenissima, e Real Casa de Bragança»²². Prestigiu ainda a Academia com a evocação da Padroeira,

⁸ Vide *Guia de Portugal*. Apresentação e Notas de Sant’Anna Dionísio, vol. I – *Generalidades. Lisboa e arredores*. Texto integral que reproduz fielmente a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1924. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª reimp. 1988) 233.

⁹ Eça de Queiroz, *Os Maias* (Lisboa: Edições Livros do Brasil, [s.d.]) 690 e 696, capítulo XVIII.

¹⁰ Vide Vieira da Silva, “Os paços dos Duques de Bragança”, 203-207.

¹¹ *Ibidem.*, 199, 203, 207, 211, 215, 217 e 219 e “Os paços dos Duques de Bragança em Lisboa. Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida. (Conclusão)”, *Olisipo. Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*, Ano VI, 21, Janeiro (1943): 1-31, em especial, 9, 13 e 17.

¹² Vide Vieira da Silva, “Os paços dos Duques de Bragança”, 199.

¹³ *Ibidem*, 203.

¹⁴ *Ibidem*, 207.

¹⁵ *Ibidem*, 211.

¹⁶ *Ibidem*, 215.

¹⁷ *Ibidem*, 217.

¹⁸ *Ibidem*, 219.

¹⁹ Vide Vieira da Silva, “Os paços dos Duques de Bragança em Lisboa. Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida. (Conclusão)”, 9.

²⁰ *Ibidem*, 13.

²¹ *Ibidem*, 17.

²² Vide Sousa, *História genealógica*, 134.

Nossa Senhora da Conceição, na capela do dito Paço, «onde a Academia tem a Casa das suas Assembléas»²³.

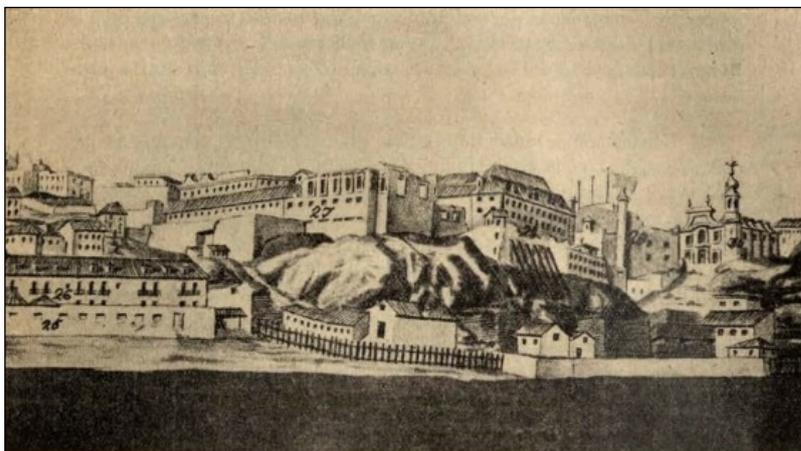


Fig.2, Vista dos paços do Duque de Bragança e das ruínas do palácio do Marquês de Valença. Extracto de uma vista aguarelada, de autor desconhecido, que representa o panorama de Lisboa tirado do Tejo, pouco depois do terremoto de 1755. Museu das Janelas Verdes

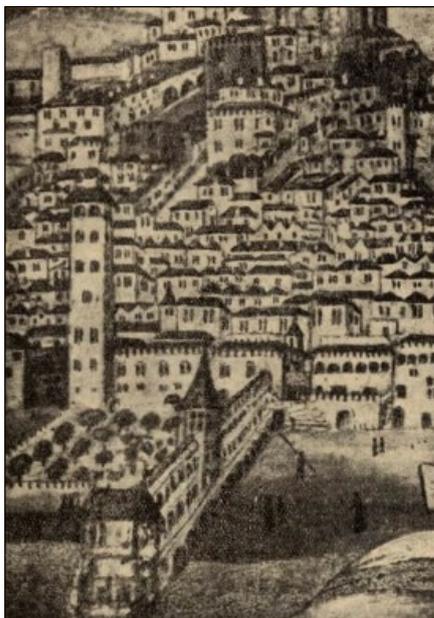


Fig.3, Duarte Galvão, Palácios dos Duque de Bragança e do Marquês de Valença no primeiro quartel do século XVI. Extracto da vista panorâmica de Lisboa da “Cronica delRey dom affõso hamrriques”. Biblioteca do Museu Castro Guimarães, em Cascais

²³ *Ibíd*em, 139.

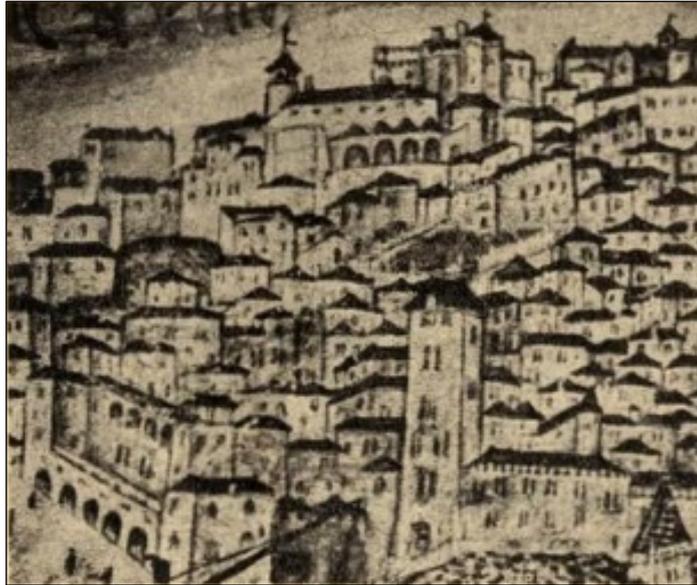


Fig. 4, Simão Beninc, Palácio dos Duque de Bragança no 1º quartel do século XVI. Extracto da vista panorâmica de Lisboa constante da uma das fôlhas da “Arvore Genealógica da Casa Real Portuguesa”. British Museum of London.

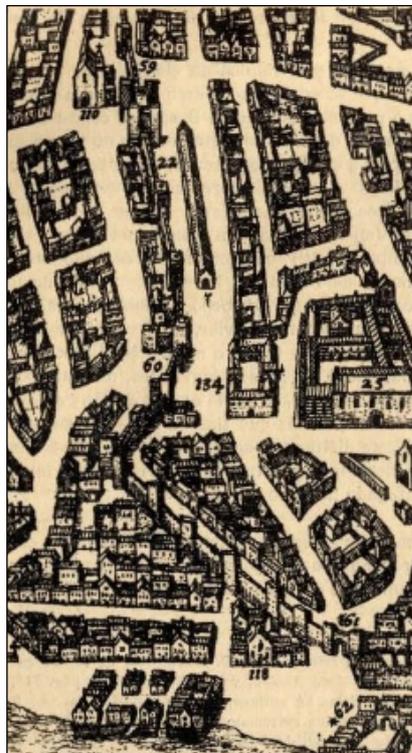


Fig.5, Jorge Bráunio. Vista dos paços do Duque de Bragança no último quartel do século XVI.



Fig.6, Vista dos paços do Duque de Bragança na 1ª metade do século XVII. De um "ex-voto" a óleo que representa a vista panorâmica de Lisboa, pertencente ao Governo Francês, e em depósito na igreja de S. Luíz

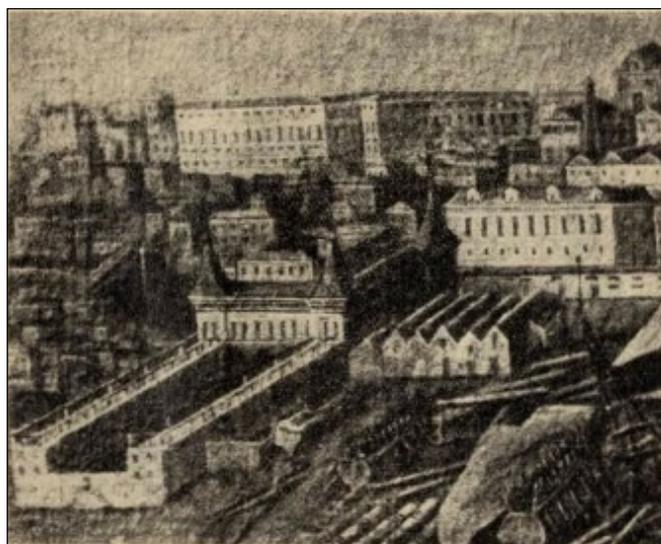


Fig.7, Palácios dos Duque de Bragança e do Marquês de Valença na primeira metade do século XVII. Extracto do quadro a óleo que representa uma vista panorâmica de Lisboa, com a partida de S. Francisco Xavier para a Índia, atribuído a Simão Gomes dos Reis. Academia Nacional de Belas Artes

Acreditando na descrição de D. António Caetano de Sousa sobre os festejos do ano de 1733, a que o rei assistia todos os anos, «determinou a Academia, que todos os Academicos jurassem o Mysterio Purissimo da Immaculada Senhora». O

relato é tão impressionante em relação à reverência da Virgem que vale a sua transcrição. Depois da missa, quando se estava a iniciar o referido acto,

ElRey movido de hum ardente impulso da purissima devoção, com que venera este prodigioso Mysterio, querendo tambem jurar como Protector da mesma Academia, mandou suspender o acto, e descendo da Tribuna com o Principe, acompanhado do Duque Estribeiro mór, do Marquez de Abrantes, e do Conde de Assumar, Gentis-homens da Camera, que estavam de semana; e chegando ao Altar com o Principe, postos de joelhos, leu o Marquez de Alegrete, Manoel Telles da Sylva, Secretario da Academia, a forma do juramento em voz inteligível, que ElRey repetia, e acabado, poz as mãos sobre o Missal, que estava aberto, e logo o Principe fez o mesmo. Os Academicos depois de acompanharem a ElRey, e ao Principe até entrarem no coche, voltarão à mesma Capella, onde se proseguio o juramento, e principiando pelo Director, e Censores por sua ordem, se seguio a Academia²⁴.

Tendo sido já reconhecido que a constituição da Biblioteca Real (1712) e a fundação da Academia Real da História (1720) se encontram «estritamente ligadas, não só pelo facto de ambas terem sido criadas pela vontade de D. João V, como pela participação directa dos académicos»²⁵, há que reforçar que o reinado joanino apresentava condições políticas, económicas e socioculturais determinantes para a criação da Academia Real²⁶. Com a Paz de Utreque e o desenvolvimento de uma política externa em que Portugal estava no centro do debate europeu, foram-se fomentando trocas culturais, nomeadamente com França e Inglaterra, que o ouro do Brasil permitiu consolidar. É, pois, num ambiente favorável de investimento e de florescimento de pequenas instituições em que as letras e as ciências prosperavam, congregando eruditos nacionais e estrangeiros, que surge uma Academia dedicada à História.

Desse tempo que antecede e explica a criação da Academia Real da História, destaca-se uma figura – D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º Conde da Ericeira – que patrocinou as actividades desenvolvidas em diversas academias da capital: da Academia dos Instantâneos à Academia dos Generosos, às Conferências Discretas e Eruditas até à Academia Portuguesa, o seu prestígio e dinamização cultural é um facto. Mas o vigor académico alargava-se a outros espaços: à Academia dos Anónimos, que iniciou os trabalhos em 1714, à Academia fundada, em 1715, pelo Monsenhor Firrao, núncio apostólico, em que se debatia a História eclesiástica, à Academia dos Ilustrados, nascida em 1716, à Academia dos Retóricos, inaugurada

²⁴ *Ibidem*, 139-140.

²⁵ Vide Ana-Sofia de Almeida Coutinho, *Imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, 2007). Exemplar policopiado, disponível em <http://hdl.handle.net/10216/18491>, 37.

²⁶ Para o contexto cultural, vide Fernando Castelo-Branco, “Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica*, vol. I (1973): 175-201.

em Março de 1720, onde se discutiam assuntos de literatura, matemática e física e que funcionou paralelamente à Academia Real da História²⁷.



Fig.8, Rick Stoop, Paços do Duque de Bragança no meado do século XVII. Extracto de uma gravura em cobre do citado pintor e gravador, que constitue o frontispício de uma colecção de 8 vistas de Lisboa, e que tem o título, numa cartela: "A Illust.*** D. Catharina Rainha da Gran Bretanha D.V.C.- R. Stoop-1662-Lx."



Fig.9, Pier Mario Baldi, Os Paços do Duque de Bragança em 1668-69. Extracto da vista panorâmica de Lisboa da obra *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal*-lâmina LIII. Biblioteca Laurenciana de Florença

²⁷ Vide, por todos, Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, vol. III – *Século XVIII*. ([Lisboa]: Editorial Verbo, 1974) 56-62 e para uma leitura deste ambiente cortesão, vide Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder na Corte de D. João V. A génese simbólica do regalismo político”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22 (2001): 175-208.

Colocar a missão da escrita da História Eclesiástica de Portugal no âmbito da Academia Real compreende-se nos sentidos de construção do Estado Moderno²⁸, que tem como elemento definidor do poder, o saber. Não fica mal dizer, a este propósito, que D. João V tem o seu nome na galeria dos mecenas, que lhe valeu o registo para a História de «Magnânimo». Se se lembrar outra designação pela qual hoje se memora o monarca, «Fidelíssimo», cuja conquista junto da Santa Sé teve de permeio a interrupção de relações com o Estado Pontifício, não fica dúvida que D. João V acompanhou e contribuiu para a ilustração portuguesa, deixando para trás a visão do freirático a que a historiografia oitocentista o vinculara. Um relance pelas recentes biografias do rei, em que se conta o meu contributo, têm reforçado o papel cultural de D. João V²⁹. Do ainda hoje visível esplendor arquitectónico à valiosa livraria do Paço, instalada no Palácio Real da Ribeira em 1712, enriquecida com livros, mapas e estampas que encomendava a diplomatas³⁰, das mais prestigiadas da Europa, com sucessiva ampliação do espaço físico e soterrada no terramoto de 1755³¹, assim como a aquisição de obras de arte que encomendava a embaixadores³², passando pelo aparato de corte³³, o investimento na ciência do tempo fez-se por diversas vias: astrónomos e naturalistas vêm a Portugal para experiências e observações³⁴, portugueses têm bolsas para estudar no estrangeiro³⁵ e à Academia Real da História concedeu o rei prerrogativas, a de censura própria às obras editadas.

²⁸ Para esta conceptualização, vide António Manuel Hespanha, “O debate acerca do «Estado Moderno»”, *A Historiografia Portuguesa, Hoje*. Coordenação de José Tengarrinha (São Paulo: HUCITEC, 1999) 133-145.

²⁹ Vide Maria de Fátima Reis, *D. João V. O Magnânimo. 1706-1750*. Coleção Reis de Portugal coordenada por Manuela Mendonça (Matosinhos, Lisboa: Quidnovi, 2009 [i. é 2010]) e Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

³⁰ Vide, como exemplo, Almeida Coutinho, *Imagens cartográficas de Portugal* e Marie-Thérèse Mandroux-França, *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal par Pierre-Jean Mariette*, (Lisboa, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, Fundação da Casa de Bragança, 2003).

³¹ Vide Almeida Coutinho, *Imagens cartográficas de Portugal*, 25-29.

³² Para uma dimensão, vide o papel do bispo do Porto, Fr. José Maria da Fonseca Évora, enquanto embaixador de D. João V em Roma, na compra de numerosas obras de arte italianas destinadas ao reino, seguindo as ordens do soberano, em Teresa Leonor M. Vale, “As encomendas de arte italiana de D. Fr. José Maria da Fonseca Évora (1690-1752)”, *A encomenda. O artista. A obra*, coord. Natália Marinho Ferreira-Alves (Porto: CEPESE, 2010) 585-601 e, para uma perspectiva mais ampla, vide *Arte e Diplomacia. A vivência romana dos embaixadores joaninos. A figura de Fr. José Maria da Fonseca Évora (1690-1752) e as suas aquisições de arte italiana* (Lisboa: Scribe, 2015).

³³ Vide, por todos, Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, “O «Magnífico Aparato»: Formas da festa ao serviço da Família Real no século XVIII”, *Revista de História*, vol. 12 (1993): 155-220, disponível em <http://hdl.handle.net/10216/13093>.

³⁴ Vide Cândido Marciano da Silva, “D. João V, patrono do astrónomo Bianchini”, *Estrelas de papel. Livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009) 49-68 e Luís Ferrand de Almeida, “O naturalista Merveilleux em Portugal (1723-1724 e 1726)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV (1988): 273-292.

³⁵ Vide Susana Cavaleiro Ferreira Nobre Gonçalves, *A arte do retrato em Portugal no tempo do Barroco (1683-1750). Conceitos, tipologias e protagonistas*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Lisboa, 2012). Exemplar policopiado, disponível em <http://hdl.handle.net/10451/8491>, 272.



Fig.10, J.A. Noel, Ruínas dos Paços do Duque de Bragança em Lisboa, 1780. De um album de desenhos deste autor. Museu das Janelas Verdes, com o título "Vuës de Lisbonne et de ses Environs en Aoust 1780"

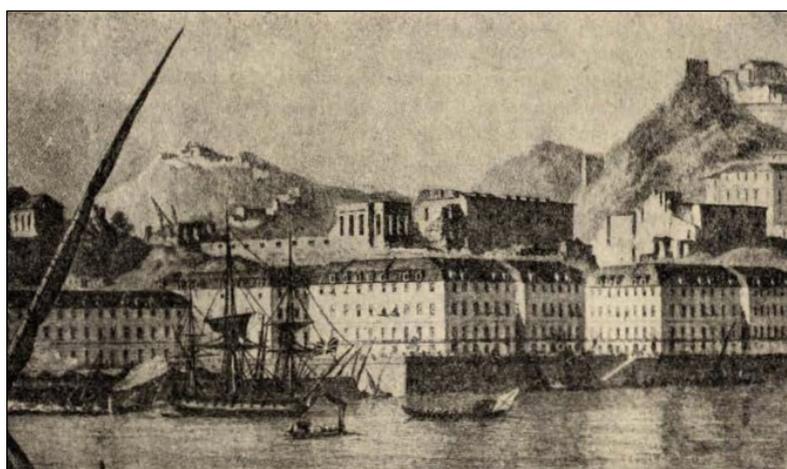


Fig.11, J.A. Noel, Ruínas dos Paços do Duque de Bragança e de Valença nos fins do século XVIII. Extracto de uma vista panorâmica de Lisboa "Vue du Port de Lisbonne", pintada por Noel, gravada por Allix e dedicada ao Duque de Lafões

Haverá ligação entre os contactos de letrados portugueses no estrangeiro e a criação da Academia da História, pois, terá sido na sequência da viagem feita a Itália, em 1710, por D. Manuel Caetano de Sousa, para participar na votação do capítulo geral dos Clérigos Regulares, com tempo para visitar academias, bibliotecas, tipografias e conviver com eruditos que, fazendo já parte da Academia Portuguesa, terá proposto ao monarca, em Março de 1720, a realização de uma História Eclesiástica de Portugal. Projecto amplo que levou à criação por decreto régio de 8 de Dezembro de 1720, da Academia Real da História Portuguesa, contando com figuras culturais de relevo, algumas pertencentes à Academia Portuguesa do Conde

de Ericeira³⁶. Confiando na produção a realizar, o patrono colocou a Academia sob a protecção de Nossa Senhora da Conceição, e aprovou os respectivos *Estatutos*. Nos seus traços essenciais serviu de inspiração a outras Academias do tempo, como a Academia dos Aventureiros de Santarém, para a qual localizei estatutos manuscritos³⁷, em tudo análogos, e, em boa verdade, até para a Academia refundada em 1936³⁸.

³⁶ Vide Ferreira da Mota, *A Academia Portuguesa da História*, 29-34.

³⁷ Vide Maria de Fátima Reis, *Santarém no tempo de D. João V [...]*, 549-553.

³⁸ Para uma perspectiva comparada deste período, merece que se veja Luís Reis Torgal, “A Historiografia em Portugal no século XX. Olhando o Brasil...”, *Historiografias portuguesa e brasileira no séc. XX. Olhares cruzados*, coord. João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013) 15-30, disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/38572>, em particular, 22. O Decreto-lei n.º 26611, que aprova o Regimento da Junta Nacional da Educação, integrando esta o Presidente da Academia Portuguesa da História, no título V, artigo 39, p. 545, do *Diário da República*, I série, n.º 116, de 19 de Maio de 1936, estabelece que:

Sob a égide do Chefe do Estado, é fundada, junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Academia Portuguesa da História, agremiação especializada dos eruditos que se entreguem à investigação e reconstituição crítica do passado, a qual terá como primeiros objectivos estimular e coordenar os esforços revisionistas para a reintegração da verdade histórica e enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal.

Para os Estatutos, vide *Estatutos e Regulamento interno* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945). Sobre a Academia restaurada, vide Manuela Mendonça, “António de Vasconcelos – 1.º Presidente da Academia Portuguesa da História (1937-1944)”, *Revista Portuguesa da História*, tomo 42 (2011): 263-283, disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/27950>.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Diogo Rafael Soares de Almeida, *O claustro como elemento catalisador da vida monástica: da clausura à cidade de Lisboa*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa, 2014.
- Luís Ferrand de Almeida, “O naturalista Merveilleux em Portugal (1723-1724 e 1726)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV (1988): 273-292.
- Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder na Corte de D. João V. A génese simbólica do regalismo político”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22 (2001): 175-208. https://doi.org/10.14195/2183-8925_22_7.
- Fernando Castelo-Branco, “Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica*, vol. I (1973): 175-201.
- Ana-Sofia de Almeida Coutinho, *Imagens cartográficas de Portugal na primeira metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2007.
- Diário da República*, I série, n.º 116, de 19 de Maio de 1936, Decreto-lei n.º 26611.
- Estatutos e Regulamento interno*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945.
- Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, “O «Magnífico Aparato»: Formas da festa ao serviço da Família Real no século XVIII”, *Revista de História*, vol. 12 (1993): 155-220.
- Susana Cavaleiro Ferreira Nobre Gonçalves, *A arte do retrato em Portugal no tempo do Barroco (1683-1750). Conceitos, tipologias e protagonistas*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2012.
- Guia de Portugal*. Apresentação e Notas de Sant’Anna Dionísio, vol. I – *Generalidades. Lisboa e arredores*. Texto integral que reproduz fielmente a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1924. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª reimp. 1988.
- António Manuel Hespanha, “O debate acerca do «Estado Moderno»”, *A Historiografia Portuguesa, Hoje*, coord. José Tengarrinha. São Paulo: HUCITEC, 1999. 133-145.

- Marie-Thérèse Mandroux-França, *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi du Portugal par Pierre-Jean Mariette*. Lisboa, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, Fundação da Casa de Bragança, 2003.
- Manuela Mendonça, “António de Vasconcelos – 1.º Presidente da Academia Portuguesa da História (1937-1944)”, *Revista Portuguesa da História*, tomo 42 (2011): 263-283, https://doi.org/10.14195/0870-4147_42_12.
- Irisalva Moita, “O Chiado. Seu contexto urbanístico e sociocultural”, *Lisboa. Revista Municipal*, Ano XLIX, 2.ª Série, 25 (1988): 3-19.
- Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Portuguesa da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003.
- Eça de Queiroz, *Os Maias*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, [s.d.].
- Maria de Fátima Reis, *D. João V. O Magnânimo. 1706-1750*. Coleção Reis de Portugal coordenada por Manuela Mendonça. Matosinhos, Lisboa: Quidnovi, 2009 [i. é 2010].
- Maria de Fátima Reis, “A Academia Real da História Portuguesa: questões de método da escrita da História”, Comunicação apresentada ao Colóquio “As Academias em diálogo com a Ciência e a Cultura. O passado e o futuro”. Orgs. Academia Portuguesa da História, Academia Nacional de Belas-Artes, Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Marinha, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Museu do Oriente, 24 de Novembro de 2017, no prelo.
- Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, vol. III – *Século XVIII*. [Lisboa]: Editorial Verbo, 1974.
- A. Vieira da Silva, “Os paços dos Duques de Bragança em Lisboa. Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida”, *Olisipo. Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*, Ano V, 20, Outubro (1942): 193-220.
- A. Vieira da Silva, “Os paços dos Duques de Bragança em Lisboa. Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida. (Conclusão)”, *Olisipo. Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*, Ano VI, 21, Janeiro (1943): 1-31.
- Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- Cândido Marciano da Silva, “D. João V, patrono do astrónomo Bianchini”, *Estrelas de papel. Livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, 49-68.

António Caetano de Sousa, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo VIII. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1951.

Luís Reis Torgal, “A Historiografia em Portugal no século XX. Olhando o Brasil...”, *Historiografias portuguesa e brasileira no séc. XX. Olhares cruzados*, coord. João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, 15-30. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0646-0_1.

Teresa Leonor M. Vale, *Arte e Diplomacia. A vivência romana dos embaixadores joaninos. A figura de Fr. José Maria da Fonseca Évora (1690-1752) e as suas aquisições de arte italiana*. Lisboa: Scribe, 2015.

Teresa Leonor M. Vale, “As encomendas de arte italiana de D. Fr. José Maria da Fonseca Évora (1690-1752)”, *A encomenda. O artista. A obra*, coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto: CEPESSE, 2010, 585-601.

Recibido: 1 de julio de 2018
Aprobado: 12 de octubre de 2018